



LEI N. 9.054.

Autor: Poder Executivo.

Amplia as atribuições da Urbanização de Maringá S/A, previstas no artigo 1.º, bem como altera o caput do artigo 5.º, ambos da Lei n. 1.934, de 16 de setembro de 1985, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º O artigo 1.º da Lei n. 1.934, de 16 de setembro de 1985, que define a finalidade da Urbanização de Maringá S/A – URBAMAR, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º Fica o Executivo Municipal autorizado a criar uma Sociedade de Economia Mista, sob a denominação de URBANIZAÇÃO DE MARINGÁ S/A, com sede e foro nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, e que terá como finalidades:

I - viabilizar a remoção e transferência do complexo ferroviário existente sobre a área de 206.000,00m², situada na quadra n. 51-A, da Zona 1, da cidade de Maringá;

II - efetuar o rebaixamento ferroviário no perímetro urbano de Maringá;

III – elaborar projetos, executar obras e serviços de infraestrutura, decorrentes de convênios e termos de cooperação técnica e financeira pactuados com o DNIT, ou que envolvam os interesses da região metropolitana de Maringá ou voltados ao desenvolvimento econômico do Município.” (NR)



LEI N. 9.054.

Art. 2.º O *caput* do artigo 5.º da Lei n. 1.934, de 16 de setembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5.º A URBANIZAÇÃO DE MARINGÁ S/A será constituída por uma Diretoria Executiva, composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor Técnico, um Diretor Administrativo e um Diretor Jurídico, bem como por um Conselho Fiscal, na forma da Lei.”
(NR)

Art. 3.º Ficam ratificados todos os atos praticados até então pela Diretoria da URBAMAR, relativos ao interesse da sociedade.

Art. 4.º Fica concedida à Urbanização de Maringá S/A a exploração dos serviços complementados pela presente Lei, atinentes aos seus objetivos e finalidades, pelo prazo de 30 anos.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.


Paço Municipal Silvio Magalhães Barros, 14 de outubro de 2011.



Silvío Magalhães Barros II
Prefeito Municipal



Rodrigo Valente Giublin Teixeira
Chefe de Gabinete



José Luiz Boyo
Secretário de Gestão